Resultado

TRE-AC

Iniciativas Estratégicas

Desempenho 2021

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS PREVISTAS
2021
Total
65
Finalizadas
50
Repriorizadas
2
A iniciar
9
Em Andamento
4

Iniciativas Estratégicas finalizadas em 2021

- Atualizar o Plano Geral de Projeto – PGP (atribuição da CPA);
- Implementar o sistema eletrônico de vistoria dos lugares de votação, Georreferenciamento Eleitoral – GEL (atribuição das ZEs, STI e CRE);
- Divulgar os direitos da pessoa com deficiência, visando a implementação de medidas que assegurem a ampla e irrestrita acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal (atribuição do GAPRES, EJE e CPA;
- Monitorar o cumprimento dos convênios/termos de cooperação de acessibilidade firmados pelo governo estadual e prefeituras de Rio Branco e Bujari (atribuição do GAPRES, DG e CPA);
- Garantir condições mínimas de acessibilidade nos prédios da Justiça Eleitoral do Acre (atribuição da SAO\SOMI);
- Palestras de Educação para a Cidadania Política – Oferecer palestras com conteúdo sobre Educação Política e Cidadania para estudantes e professores de ensino fundamental e médio e demais membros da sociedade civil;
- Projeto Jovens pela Democracia – Proporcionar eventos a estudantes do ensino médio, abordando questões relacionadas ao exercício do poder, sistemas eleitorais brasileiros, eleições no Brasil e ética na política;
- Palestra sobre as mídias sociais, desinformação no processo eleitoral e a segurança da urna eletrônica – Oferecer palestras que informem sobre a utilização das mídias sociais, os maus causados pela desinformação e a segurança do processo eleitoral;
- Oferecer Palestra com tema voltado para a área do Direito Eleitoral;
- Elaborar planos de ações para implementação das melhorias identificadas na pesquisa de opinião pública 2020. (as unidades responsáveis elaboram os planos, mas a ASPLAN envia o procedimento com o resultado da pesquisa);
- Elaborar Plano de Trabalho para o período de 2021 - Ranking Transparência;
- Elaborar normativo para regulamentar o ranking transparência no âmbito do Tribunal;
- Elaborar plano de ação para alcance dos itens não pontuados no Rankin Transparência;
- Orientar as zonas quanto à priorização do julgamento dos processos da classe Prestações de Contas (Partidárias e Eleitorais), identificando a necessidade de cada Zona Eleitoral. No atual momento, a orientação para as PCE pendentes do recebimento de mídia foi a suspensão do processo, portanto, saem da Meta 1. Esse acompanhamento também está sendo realizado, visando o cumprimento da Meta tão logo a situação volte à normalidade;
- Durante o período 2021 a 2026, estabelecer rotina e processo de trabalho relacionado ao acompanhamento das metas 1 e indicadores do CNJ, com mapeamento e melhoria de ações preventivas (identificação de problemas, orientação e gestão para o alcance dos resultados) no âmbito do 1º grau de jurisdição; Metas 1 e 2;
- Envidar esforços necessários para correção e saneamento dos dados referentes ao 1º Grau de jurisdição constantes na Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud, conforme cronograma estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2021 (Portarias CNJ 160/2020 e 91/2021);
- Reduzir a taxa de congestionamento, priorizando os julgamentos dos processos que integram as metas 1 e 2 e, os relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, no âmbito do 1º grau de jurisdição, por meio de mapeamento e acompanhamento da tramitação e julgamento dos respectivos processos, nas correições anuais, empregando o apoio necessário às zonas;

Iniciativas Estratégicas concluídas em 2021

- Verificar periodicamente, antes do fechamento de cada semestre, o quantitativo de casos pendentes, alertando as zonas eleitorais sobre a necessidade de providências para aqueles casos que estão pendentes somente pela falta de arquivamento - TAXA DE CONGESTIONAMENTO no 1º GRAU e 2º GRAUS;
- Estabelecer rotina e processo de trabalho relacionados ao acompanhamento da meta 1 e indicadores do CNJ, com mapeamento e melhoria de ações preventivas (identificação de problemas, orientação e gestão para o alcance dos resultados), no âmbito do 2º grau de jurisdição; METAS NACIONAIS 1 e 2 - 2º GRAU;
- Encaminhar periodicamente aos Membros da Corte, Assessorias, Assistência aos Juízes-Membros e Procuradoria Regional Eleitoral relatórios estatísticos relativos à tramitação dos processos, feitos pendentes e produtividade; METAS NACIONAIS 1 e 2 - 2º GRAU e TAXA DE CONGESTIONAMENTO;
- Envidar esforços para buscar a correção e o saneamento dos dados referentes ao 2º Grau de jurisdição constantes na Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), conforme cronograma estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2021 (Portarias CNJ 160/2020 e 91/2021). METAS NACIONAIS 1 e 2 - 2º GRAU e TAXA DE CONGESTIONAMENTO;
- Acompanhar a tramitação e julgamento dos feitos que integram as metas 1 e 2, bem como dos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (meta 4), no âmbito do 2º grau de jurisdição; TAXA DE CONGESTIONAMENTO - 2º GRAU;
- Identificar e priorizar, mensalmente, o acompanhamento e a orientação às zonas eleitorais sobre a necessidade de julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, referentes às eleições de 2020, distribuídos até 31/12/2020 e que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade, visando ao atingimento de, no mínimo, 50% de processos julgados até 31/12/2021 (Meta 4/2021); META NACIONAL 4 - 1º GRAU;
- Adotar medidas administrativas de mapeamento e melhoria do controle no âmbito do 1º grau de jurisdição, a partir das correições anuais realizadas; META NACIONAL 4 - 1º GRAU;
- Acompanhar mensalmente a tramitação e julgamento dos feitos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, no âmbito do 2º grau de jurisdição, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade. Em relação ao ano de 2021, tal acompanhamento abrangerá os feitos com tais características relativos às Eleições de 2020 e distribuídos até 31/12/2020, a fim de que sejam julgados, pelo menos, 50% deles, até 31/12/2021 (Meta 4/2021); META NACIONAL 4 - 2º GRAU;
- Encaminhar periodicamente aos Membros da Corte, Assessorias, Assistência aos Juízes-Membros e Procuradoria Regional Eleitoral relatórios estatísticos relativos à tramitação dos processos, feitos pendentes e produtividade; META NACIONAL 4 - 2º GRAU;
- Providenciar o imediato arquivamento definitivo (ou a baixa definitiva, conforme o caso) dos feitos enquadrados na meta 4 que estejam dependendo apenas dessa providência. META NACIONAL 4 - 2º GRAU

Iniciativas Estratégicas concluídas em 2021

- Criação de canais virtuais de comunicação a fim de difundir entre os servidores e colaboradores as orientações e treinamentos necessários à inclusão, capacitação e sensibilização socioambiental;
- Cumprir com os requisitos dos eixos “Governança” e “Dados e Tecnologia”, conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade, em relação à pontuação total desses eixos;
- Elaborar plano de ação para atendimento gradativo dos itens não cumpridos do questionário de governança pública, previstos no levantamento realizado pelo TCU;
- Implementar, no planejamento das eleições 2022, as melhorias detectadas nas avaliações dos projetos das eleições 2020.
- Realizar pesquisa de clima organizacional;
- Acompanhar a execução orçamentária, na forma estabelecida pela IN TRE-AC 24/2016;
- Elaborar planos de ações para cumprimento dos requisitos exigidos pelo TCU e não atendidos pelo Tribunal; (Aguarda a publicação de novo questionário do TCU, previsto para maio de 2021);
- Elaborar os planos de ações para cumprimento da Resolução CNJ nº 370/2021;
- Elaborar o Plano Diretor de TIC alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional, ao Plano de Diretrizes, à ENTIC-Jud e às recomendações dos órgãos de controle;
- Elaborar o Plano de Ação para atender exigências da Lei Geral de Proteção de Dados e recomendações de órgãos de controle, como o CNJ com a Resolução nº 363/2021;
- Realizar 100% das iniciativas do Plano de ação da Lei de Proteção de Dados previstas para conclusão em 2021.

Andamento

- Elaboração do Plano de Logística Sustentável;
- Elaboração do Plano Anual de Capacitação 2022;
- Elaboração de formulário de checagem das fases dos processos anuais de contratações;
- Ações de TI voltadas à melhoria contínua dos serviços;

Repriorizadas

- Elaboração de editais padrões para as contratações

*repriorizada para 29.4.2022;

- Implantar a Central de Serviços de TI.

*repriorizada para 30.6.2022

A iniciar

- Elaboração de plano de capacitação e Planos de ações do Plano de Logística Sustentável;
- Plano Estratégico em Gestão de Pessoas;
- Plano de Transformação Digital;
- Contratação de Atendentes para central de serviços de Tecnologia da Informação;
- Elaborar e executar plano de ação para tratar e prevenir as doenças mais frequentes identificadas na medição do ano anterior;
- Elaborar o plano de promoção a saúde e qualidade de vida no trabalho 2022/2023
- Identificar os pontos que estão impactando negativamente na área de gestão de pessoas;
- Revisar o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, alinhando-o ao Plano Estratégico do TRE-AC 2021/2026.

Tribunal Regional Eleitoral do Acre
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão